

TCE =

DC = 22865

Logix = 536

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO CEARÁ, POR INTERMÉDIO DA COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS, E (O)A TOKIO MARINE SEGURADORA S/A, ABAIXO QUALIFICADOS, PARA O FIM QUE NELE SE DECLARA.

A COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS, situada na Av. Washington Soares, nº 55, 11º andar, Bairro Cocó, Fortaleza/CE, inscrita no CNPJ sob o nº 73.759.185/0001-96, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada pelo Diretor Administrativo e Financeiro **Lauro Daniel Beisl Perdiz**, brasileiro, casado, administrador, portador da Carteira de Identidade nº 3569.030-52 SSP/BA, e inscrito no CPF/MF sob o nº 505.207.175-20, residente e domiciliado na Cidade de Salvador - BA, e o Diretor Presidente **Antônio Elbano Cambraia**, brasileiro, casado, Administrador / Economista, residente e domiciliado em Fortaleza - CE, inscrito no RG sob o nº 96002146783-SSP/CE e no CPF sob o nº 002.871.723-68, e a **TOKIO MARINE SEGURADORA S/A**, com sede na Rua Sampaio Viana nº 44, bairro Paraíso, São Paulo/SP, CEP: 04.004-902, Fone: (11) 3054.7000, inscrita no CNPJ sob o nº 33.164.021/0001-00, Inscrição Estadual nº 110.794.302.111, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelos Procuradores **Marco Antônio Colacioppo Fagaraz**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 19.745.617-0 SSP/SP, e do CPF nº 127.329.518-89, e **Sonilda Queiroz Santana Santos**, brasileira, portadora da Carteira de Identidade nº 6111908 SSP/GO, e do CPF nº 620.888.311-34, residentes na Rua 1.137, nº 295, Loja 5, Ed. Prospere Office Harmony, bairro Setor Marista, Goiânia/GO, têm entre si justa e acordada a celebração do presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – FUNDAMENTAÇÃO

1.1. O presente contrato tem como fundamento o Edital do Pregão Eletrônico nº 20160033/CEGÁS e seus Anexos, os preceitos do direito público e a Lei Federal nº 8.666/1993 com suas alterações e ainda, outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E A PROPOSTA

2.1. O cumprimento deste contrato está vinculado aos termos do Edital do Pregão Eletrônico nº 20160033/CEGÁS, e seus Anexos, e a proposta da CONTRATADA, os quais constituem parte deste instrumento, independente de sua transcrição.

2.2. O presente contrato constitui parte integrante da Apólice de Seguro a ser emitida pela CONTRATADA no prazo estipulado na Cláusula Décima Primeira.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1. Constitui objeto deste contrato Serviços de Seguro de Responsabilidade Civil Geral de Administradores (SEGURO DIRECTORS & OFFICERS – D&O) à base de reclamação com notificação, e Serviços de Seguro de Responsabilidade Civil por Práticas Trabalhistas Indevidas – EPL (Employment Practices Liability) – Reclamação / Atos Danosos de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Anexo I – Termo de Referência do Edital e na proposta da CONTRATADA.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

4.1. O objeto dar-se-á sob o regime de execução indireta: empreitada por preço global.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DO REAJUSTAMENTO DO PREÇO

5.1. O valor contratual global importa na quantia de R\$ 48.500,00 (quarenta e oito mil e quinhentos reais) para o **Item 1 especificado no subitem 4.2., do Anexo I - Termo de Referência**, sujeito a reajustes, respeitado a periodicidade anual do contrato nos termos da legislação vigente da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Reajustes de preços econômicos de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.



#### CLAUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O Pagamento será efetuado à vista, após a apresentação da Apólice do Seguro, devidamente atestada pelo gestor da contratação, sem atualização monetária ou qualquer outro ônus, mediante crédito em conta corrente em nome da Contratada, preferencialmente no Banco Bradesco S/A.

6.1.1. A apólice de seguro que apresente incorreções será devolvida à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o pagamento só será realizado após a apresentação da apólice corrigida.

6.2. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA, em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.3. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações do Anexo I – Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº 20160033/CEGÁS.

6.4. Os pagamentos encontram-se ainda condicionados à apresentação dos seguintes comprovantes:

6.4.1. Documentação relativa à regularidade para com a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Trabalhista, Fazendas Federal, Estadual e Municipal.

6.5. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia, obrigatoriamente autenticada em Cartório. Caso a documentação tenha sido emitida pela Internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes da contratação serão provenientes dos recursos oriundos da CEGÁS

#### CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

8.1. O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir da sua publicação, na forma do parágrafo único, do art. 61, da Lei Federal nº 8.666/1993, podendo ser prorrogado nos termos do que dispõe o art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993, por ser considerado pela CONTRATANTE, serviço de natureza contínua.

#### CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA CONTRATUAL

9.1. Não será exigida prestação de garantia para esta contratação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO

10.1. Quanto à entrega:

10.1.1. O objeto contratual (apólice de seguro) deverá ser entregue em conformidade com as especificações e condições estabelecidas neste instrumento.

10.1.1.1. Emitir a apólice de seguro no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Estado – DOE.

10.1.2. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados antes do término do prazo, e aceitos pela contratante, não serão considerados como inadimplemento contratual.

10.2. Quanto ao recebimento:

10.1.1. PROVISORIAMENTE, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto contratual com as especificações, devendo ser feito por pessoa credenciada pela CONTRATANTE.

10.2.2. DEFINITIVAMENTE, sendo expedido termo de recebimento definitivo, após a verificação da qualidade e quantidade do objeto contratual, certificando-se de que todas as condições estabelecidas no Edital foram atendidas e consequente aceitação das notas fiscais pelo gestor da contratação, devendo haver rejeição no caso de desconformidade.



#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.1. Executar o objeto em conformidade com as condições deste instrumento.
- 11.2. Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 11.3. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressões limitadas ao estabelecido no §1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993, tomando-se por base o valor contratual.
- 11.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato da CONTRATANTE proceder à fiscalização ou acompanhar a execução deste contrato.
- 11.5. Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específica de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado para execução contratual.
- 11.6. Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 11.7. Refazer o objeto contratual (apólice), que comprovadamente apresente desconformidade com as especificações do termo de referência, no prazo de 10 (dez) dias, contados da sua notificação.
- 11.8. Cumprir as condições de garantia do objeto, durante o período da vigência contratual.
- 11.9. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da contratante.
- 11.10. Responsabilizar-se integralmente pela observância do dispositivo no título II, capítulo V, da CLT, e na Portaria n.º 3.460/77, do Ministério do Trabalho, relativos a segurança e higiene do trabalho, bem como a Legislação correlata em vigor a ser exigida.
- 11.11. Emitir a apólice de seguro no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data de publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Estado – DOE.
- 11.12. Permanecer como única e total responsável perante a contratante, inclusive do ponto de vista técnico, respondendo pela qualidade e presteza no atendimento.
- 11.13. Fornecer todo suporte necessário e suficiente para a dinamização, atendimento e concretização dos vários feitos e etapas do seguro.
- 11.14. Promover indenizações decorrentes no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data da apresentação da documentação solicitada pela seguradora.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 12.1. Solicitar a execução do objeto à CONTRATADA após a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Estado – DOE.
- 12.2. Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes deste Termo Contratual, consoante estabelece a Lei nº 8.666/1993 e suas alterações.
- 12.3. Fiscalizar a execução do objeto contratual através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da CONTRATADA, que atenderá ou justificará de imediato.
- 12.4. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.
- 12.5. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nas condições estabelecidas neste Termo.
- 12.6. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.



### CLAUSULA DECIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

13.1. A CEGÁS exercerá a fiscalização e acompanhamento da execução dos serviços objeto do contrato, através da Gerente de Administração e Suprimento, como Gerente do Contrato e a Coordenadora de Licitação e Contratos, como Fiscal do Contrato, especialmente designados para esse fim e visando o seu exclusivo interesse, sem prejuízo, redução ou exclusão da responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, de acordo com o estabelecido no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/1993, doravante denominados simplesmente de GESTORES.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. No caso de inadimplemento de suas obrigações, a contratada estará sujeita, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civil e criminal, às seguintes penalidades:

14.1.1. Multas, estipuladas na forma a seguir:

a) Multa de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor do prêmio correspondente ao seguro no caso de atraso injustificado na emissão da apólice.

b) Multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do prêmio correspondente ao seguro, no caso de atraso injustificado no pagamento de indenizações, ou na execução dos serviços de reparos.

c) Multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor do prêmio em caso de descumprimento das demais cláusulas contratuais, elevada para 0,3% (três décimos por cento) em caso de reincidência.

d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do prêmio, no caso de desistência da execução do objeto ou rescisão contratual não motivada pela Contratante.

14.1.2. Impedimento de licitar e contratar com a Administração, sendo então, descredenciada no cadastro de fornecedores da Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG) do Estado do Ceará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento e das demais cominações legais.

14.2. Se não for possível o pagamento da multa por meio de descontos dos créditos existentes, a CONTRATADA recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do Órgão CONTRATANTE. Se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

14.3. Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e contraditório, na forma da lei.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

15.1. A inexecução total ou parcial deste contrato por quaisquer dos motivos constantes no art. 78 da Lei Federal nº 8.666/1993 será causa para sua rescisão, na forma do art. 79, com as consequências previstas no art. 80 do mesmo diploma legal.

15.2. Este contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo pela CONTRATANTE, mediante aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, nos casos das rescisões decorrentes do previsto no inciso XII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/1993, sem que caiba à CONTRATADA direito a indenização de qualquer espécie.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

16.1. A publicação do extrato do presente contrato será providenciada pela CONTRATANTE, no Diário Oficial do Estado – DOE, como condição indispensável para sua eficácia, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei nº. 8.666/1993.

### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO


17.1. Fica eleito o Foro do município de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa.

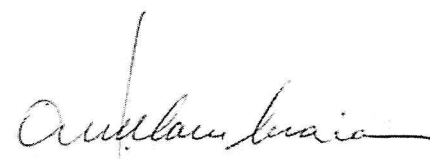


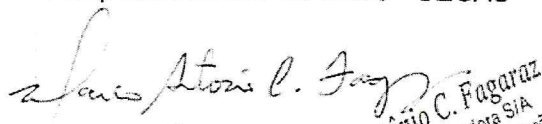


E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente contrato, que está visado pela Assessoria Jurídica da CONTRATANTE, e do qual se extraíram 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Fortaleza, 09 de fevereiro de 2017


  
**LAURO DANIEL BEISL PERDIZ**  
Diretor Administrativo e Financeiro  
Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS

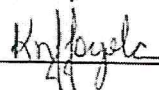
  
**ANTONIO ELBANO CAMBRAIA**  
Diretor Presidente  
Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS

  
**MARCO ANTÔNIO COLACIOPPO FAGARAZ**  
Procurador  
Tokio Marine Seguradora S/A  
Sucursal Licitação

  
**SONILDA QUEIROZ SANTANA SANTOS**  
Procuradora  
Tokio Marine Seguradora S/A

TESTEMUNHAS:

  
\_\_\_\_\_

  
**Kelly Loyola**  
Tokio Marine Seguradora S/A  
Sucursal Licitação



## ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

**1. UNIDADE REQUISITANTE:** Gerência de Administração e Suprimentos da CEGÁS.

**2. OBJETO:** Serviços de Seguro de Responsabilidade Civil Geral de Administradores (SEGURO DIRECTORS & OFFICERS – D&O) à base de reclamação com notificação, e Serviços de Seguro de Responsabilidade Civil por Práticas Trabalhistas Indevidas – EPL (Employment Practices Liability) – Reclamação / Atos Danosos, de acordo com as especificações e quantitativos previstos neste Termo.

### 3. DA JUSTIFICATIVA:

3.1. Em função dos diversos riscos a que estão sujeitos os Conselheiros, Diretores e demais Gestores da CEGÁS, em face das decisões tomadas no exercício de suas funções, tendo por objeto a cobertura de danos ou prejuízos que eventualmente possam vir a ser imputados a estes em razão de suas decisões, bem como atender ao art. 25 §1º ao 4º, do Estatuto Social da CEGÁS vigente, com alteração aprovada na 40ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30/06/2011.

Diante do exposto acima, faz-se necessário a contratação dos serviços citados, conforme a Lei Federal nº. 8.666/93.

### 4. FORMA DE CONTRATAÇÃO:

4.1. Fica esclarecido que a Apólice é à Base de Reclamação, ou seja, tem como objeto o pagamento de Indenização securitária com base em Reclamações apresentadas à Seguradora nas hipóteses a seguir descritas.

4.1.1. Para que haja cobertura, as seguintes condições, dentre outras especificadas nestas Condições Contratuais, precisam estar concomitantemente atendidas:

I - os danos devem ter ocorrido durante o período de vigência da apólice ou durante o período de retroatividade; e

II - o terceiro apresente a reclamação ao segurado durante os seguintes períodos:

- a) durante a vigência da apólice; ou
- b) durante o prazo complementar, quando aplicável; ou
- c) durante o prazo suplementar, quando aplicável.

### 4.2. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADE:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANTIDADE
01	Serviço de Seguro de Responsabilidade Civil de Administradores (DIRECTORS & OFFICERS – D&O) à base de reclamação com notificação.	Serviço	1
02	Serviço de Seguro de Responsabilidade Civil por Práticas Trabalhistas – EPL (Employment Practices Liability) à base de reclamação com notificação.	Serviço	1

OBS1: Havendo divergências entre as especificações deste anexo e as dos sistemas, prevalecerão a deste anexo.

OBS2: O seguro referente ao objeto deste termo é renovação da Apólice nº 29.10.0000648.28 emitida pela ACE SOLUÇÕES CORPORATIVAS S/A, vencida em 18/10/2015.

#### 4.3. Especificação Detalhada:

##### 4.3.1. Item 01 – Serviço de Seguro de Responsabilidade Civil de Administradores (DIRECTORS & OFFICERS – D&O) à base de reclamação com notificação.

4.3.1.1. O objeto do seguro é o pagamento e/ou reembolso, a título de Indenização securitária nos termos desta especificação, das quantias, respectivamente, devidas ou pagas a Terceiros, pelo Segurado ou Tomador, sua Controlada e/ou Subsidiária, quando esta antecipar valores correspondentes à Indenização e Perdas do Segurado, relativamente às garantias contratadas e especificadas na Apólice.

##### 4.3.1.2. Garantias Básicas:

- a) Indenização aos Administradores (Cobertura A);
- b) Indenização à Sociedade (Cobertura B)

##### 4.3.1.3. Limite Máximo da Garantia da Apólice:

- a) Importância Segurada (Garantia Única) para todas as coberturas, observado os seus sub limites: R\$ 10.000,000,00 (dez milhões de reais).

##### 4.3.1.4. Extensões das Garantias e seus respectivos Limites Máximos de Garantia:

Bloqueio de Bens – Penhora On Line	100% do Limite Máximo de Garantia
Contadores Internos Risk Managers e Auditores Internos	100% do Limite Máximo de Garantia
Processos ou Procedimentos Administrativos, Arbitrais e/ou Judiciais	100% do Limite Máximo de Garantia
Custos de Investigação	100% do Limite Máximo de Garantia
Processos Judiciais ou Arbitrais Movidos pelo próprio Tomador e/ou pelas Controladas e/ou Subsidiárias, contra o Segurado	100% do Limite Máximo de Garantia
Processos Judiciais de um Segurado contra o outro	100% do Limite Máximo de Garantia
Custos de Defesa Emergenciais	100% do Limite Máximo de Garantia
Processos de extradição	100% do Limite Máximo de Garantia
Diretores independentes	100% do Limite Máximo de Garantia
Despesas de Publicidade (Gerenciamento de Crises)	100% do Limite Máximo de Garantia
Advogados Internos	100% do Limite Máximo de Garantia
Herdeiros, Representantes Legais e Espólio	100% do Limite Máximo de Garantia
Responsabilidade Solidária de Bens	100% do Limite Máximo de Garantia
Novas Controladas e/ou Subsidiárias (Até 30% do total ativos)	100% do Limite Máximo de Garantia
Segurados Aposentados	100% do Limite Máximo de Garantia
Limite Adicional - Excesso de Perdas	Nome: Diretor Presidente LMI – EP R\$. 1.000.000,00 (um milhão de reais)
	Nome: Diretor Adm/Financeiro LMI – EP R\$. 1.000.000,00 (um milhão de reais)



	Nome: Diretor Técnico Comercial LMI – EP R\$. 1.000.000,00 (um milhão de reais)
--	--

**Cobertura Adicional**

Responsabilidade Civil do Administrador de Empresas por Dano Ambiental	100% do Limite Máximo de Garantia
--	-----------------------------------

**4.3.1.5. Franquias por Cobertura em cada ocorrência:**

a) Para Cobertura de Indenizações aos Administradores (Garantia “A”) = ZERO

b) Para Cobertura de Reembolso à Sociedade (Garantia “B”) = ZERO

**4.3.1.6. Principal ramo de negócio do Tomador do Seguro:**

Distribuição e Comercialização de Gás Natural no Estado do Ceará.

**4.3.1.7. Cobertura de prazo complementar:**

03 (três) anos, sem cobrança de prêmio adicional, para reclamações decorrentes de fatos ocorridos até o final do período de vigência da apólice.

**4.2.1.8. Retroatividade:**

Limitada ao início de vigência da apólice para atos e fatos desconhecidos que ensejem uma reclamação.

**4.2.1.9. Condições e Cláusulas Aplicáveis:**

a) Condições Gerais para o Seguro de Responsabilidade Civil de Administradores (DIRECTORS & OFFICERS);

b) Corretor do Seguro - VIC CORRETAGEM DE SEGUROS LTDA - SUSEP 100255025

c) Experiência do Seguro - 5a. Renovação sem sinistro

d) Anexos:

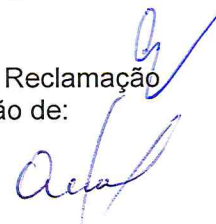
1. Demonstrações Financeiras e Parecer de Auditores Independentes (Exercícios 2014)
2. Demonstrações Financeiras e Parecer de Auditores Independentes (Exercício 2015)
3. Últimos Balancetes de 2016 (JAN/SET)
4. Questionário SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL DE ADMINISTRADORES

e) Prazo de Vigência do Contrato – o prazo contratual será de 12 (doze) meses contatos a partir da publicação do extrato do contrato no DOE, bem como a vigência da apólice que também será a mesma do contrato, podendo ser prorrogado nos termos do Art 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93.

f) Exclusão de contenda anterior ou pendente ao início de vigência da apólice;

g) Exclusão das penalidades e aplicabilidades da Lei 12.846, de 1º de agosto de 2013, regulamentada pelo Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015; e,

h) A Seguradora não se responsabilizará ainda, pelas Perdas relacionadas com qualquer Reclamação feita contra qualquer Administrador decorrente de, baseada em, atribuível a ou sob alegação de:





i) Pagamentos, concessões e/ou recebimentos de comissões, doações, benefícios ou quaisquer outros favores e/ou vantagens para, em benefício de, ou por qualquer agente ou representante ou empregado do Tomador ou da Administração Pública, direta ou indireta, ou de Forças Armadas, doméstico ou estrangeiro, ou quaisquer membros de suas famílias ou qualquer entidade à qual estejam afiliados, incluindo, mas não se limitando aos crimes e responsabilidades definidos na Lei Anticorrupção Americana (FCPA), UK Bribery Act, na Lei Anticorrupção brasileira ou de qualquer legislação semelhante porventura existente;

ou

ii) Pagamentos, concessões e/ou recebimentos de comissões, doações, benefícios ou quaisquer outros favores e/ou vantagens para, em benefício de, ou por quaisquer conselheiros, diretores, agentes, sócios, representantes, acionistas, proprietários, empregados, ou afiliados de qualquer cliente ou fornecedor do Tomador, ou seus membros de família ou qualquer entidade com a qual são associados, incluindo, mas não se limitando aos crimes e responsabilidades definidos na Lei Anticorrupção Americana (FCPA), UK Bribery Act, na Lei Anticorrupção brasileira ou de qualquer legislação semelhante porventura existente;

ou

iii) Doações políticas, sejam elas no Brasil ou no exterior.

#### **4.3.2. ITEM 02 – Serviço de Seguro de Responsabilidade Civil por Práticas Trabalhistas – EPL (Employment Practices Liability) à base de reclamação com notificação.**

##### **4.3.2.1. Coberturas Contratadas:**

4.3.2.1.1. Constatada a existência de uma reclamação, este seguro indenizará o Segurado ou, conforme o caso, diretamente os terceiros prejudicados, os valores diretamente incorridos pelo Segurado a título de:

a) Custos de Defesa - emolumentos, honorários advocatícios e periciais, encargos de tradução, depósitos recursais de natureza trabalhista (Ordinário e de Revista), custos e despesas (judiciais ou extrajudiciais) necessárias e decorrentes exclusivamente de acordos ou defesas relacionadas a qualquer reclamação, definidos, para os fins desta Apólice;

b) Custos de Execução (Indenização): condenações pecuniárias provenientes de sentenças judiciais transitadas em julgado, decisões arbitrais finais, decisões finais decorrentes de processo administrativo com relação ao qual a Seguradora tenha previamente concordado, a seu exclusivo critério, com o Segurado sobre a inviabilidade ou inconveniência do recurso ao Poder Judiciário, ou acordos judiciais negociados com o consentimento prévio e por escrito da Seguradora, relativos a uma reclamação, que responsabilize o Segurado por dano moral decorrente de ato danoso causado ao Colaborador, incluindo os respectivos juros moratórios e correção monetária, mas excluindo expressamente multas, penalidades, verbas trabalhistas, previdenciárias, rescisórias ou não, e tributos de qualquer natureza e qualquer contribuição.

##### **4.3.2.2. Limite Máximo da Garantia da Apólice:**

Limite Máximo de Garantia (Garantia Única) de R\$ 10.000,000,00 (dez milhões de reais).

##### **4.3.2.3. Franquias:**

Franquia Única aplicável a qualquer Ação – R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)

##### **4.3.2.4. Principal ramo de negócio do Tomador do Seguro:**

Distribuição e Comercialização de Gás Natural no Estado do Ceará.

##### **4.3.2.5. Cobertura de prazo complementar:**



12 (doze) meses (01 ano), sem cobrança de prêmio adicional, para reclamações decorrentes de fatos ocorridos até o final do período de vigência da apólice

#### 4.3.2.6. Retroatividade:

Limitada ao início de vigência da apólice para atos e fatos desconhecidos que ensejem uma reclamação.

4.3.2.7. Corretor do Seguro – VIC CORRETAGEM DE SEGUROS LTDA – SUSEP 100255025

4.3.2.8. Experiência do Seguro – 5a. Renovação sem sinistro

#### 4.3.2.9. Anexos:

- a. Demonstrações Financeiras e Parecer de Auditores Independentes (Exercícios 2014)
- b. Demonstrações Financeiras e Parecer de Auditores Independentes (Exercício 2015)
- c. Últimos Balancetes de 2016 (JAN/SET)
- d. Questionário SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL DE ADMINISTRADORES

4.3.2.10. Prazo de Vigência do Contrato – o prazo contratual será de 12 (doze) meses contados a partir da publicação do extrato do contrato no DOE, bem como a vigência da apólice que também será a mesma do contrato, podendo ser prorrogado nos termos do Art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93.

## 5. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. O objeto deste Pregão será pago com recursos orçamentários oriundos da CEGÁS.

## 6. DA EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

### 6.1. Quanto à entrega:

6.1.1. O objeto contratual (apólice de seguro) deverá ser entregue em conformidade com as especificações e condições estabelecidas neste instrumento.

6.1.1.1. Emitir a apólice de seguro no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Estado – DOE.

6.1.2. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados antes do término do prazo, e aceitos pela contratante, não serão considerados como inadimplemento contratual.

### 6.2. Quanto ao recebimento:

6.2.1. **PROVISORIAMENTE**, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto contratual com as especificações, devendo ser feito por pessoa credenciada pela Contratante.

6.2.2. **DEFINITIVAMENTE**, sendo expedido termo de recebimento definitivo, após a verificação da qualidade e quantidade do objeto, certificando-se de que todas as condições estabelecidas foram atendidas, e consequente aceitação das notas fiscais pelo gestor da contratação, devendo haver rejeição no caso de desconformidade.

## 7. DO PAGAMENTO

7.1. O Pagamento será efetuado à vista, após a apresentação da Apólice do Seguro, devidamente atestada pelo gestor da contratação, sem atualização monetária ou qualquer outro ônus, mediante crédito em conta corrente em nome da Contratada, preferencialmente no Banco Bradesco S/A.

7.1.1. A apólice de seguro que apresente incorreções será devolvida à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o pagamento só será realizado após a apresentação da apólice corrigida.

7.2. Não será efetuado qualquer pagamento à Contratada, em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



7.3. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

7.4. Os pagamentos encontram-se ainda condicionados à apresentação dos seguintes comprovantes:

7.4.1. Documentação relativa à regularidade para com a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Trabalhista, Fazendas Federal, Estadual e Municipal.

7.5. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia, obrigatoriamente autenticada em Cartório. Caso a documentação tenha sido emitida pela Internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

## 8. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. No caso de inadimplemento de suas obrigações, a contratada estará sujeita, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civil e criminal, às seguintes penalidades:

8.1.1. Multas, estipuladas na forma a seguir:

- a) Multa de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor do prêmio, correspondente ao seguro, no caso de atraso injustificado na emissão da apólice.
- b) Multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do prêmio correspondente ao seguro, no caso de atraso injustificado no pagamento de indenizações.
- c) Multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor do prêmio em caso de descumprimento das demais cláusulas contratuais, elevada para 0,3% (três décimos por cento) em caso de reincidência.
- d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do prêmio, no caso de desistência da execução do objeto ou rescisão contratual não motivada pela Contratante.

8.1.2. Impedimento de licitar e contratar com a Administração, sendo então, descredenciada no cadastro de fornecedores da Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG) do Estado do Ceará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento e das demais cominações legais.

## 9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

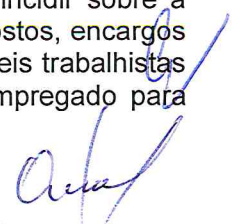
9.1. Executar o objeto em conformidade com as condições deste instrumento.

9.2. Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.3. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressões limitados ao estabelecido no §1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993, tomando-se por base o valor contratual.

9.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato da CONTRATANTE proceder à fiscalização ou acompanhar a execução deste contrato.

9.5. Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específica de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado para execução contratual.



9.6. Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

9.7. Refazer o objeto contratual (apólice), que comprovadamente apresente desconformidade com as especificações dos veículos relacionados no termo de referência, no prazo de 10 (dez) dias, contados da sua notificação.

9.8. Cumprir as condições de garantia do objeto, durante o período da vigência contratual.

9.9. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da contratante.

9.10. Responsabilizar-se integralmente pela observância do dispositivo no título II, capítulo V, da CLT, e na Portaria n.º 3.460/77, do Ministério do Trabalho, relativos a segurança e higiene do trabalho, bem como a Legislação correlata em vigor a ser exigida.

9.11. Emitir a apólice de seguro no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Estado – DOE.

9.12. Permanecer como única e total responsável perante a contratante, inclusive do ponto de vista técnico, respondendo pela qualidade e presteza no atendimento.

9.13. Fornecer todo suporte necessário e suficiente para a dinamização, atendimento e concretização dos vários feitos e etapas do seguro.

9.14. Promover indenizações decorrentes no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data da apresentação da documentação solicitada pela seguradora.

## **10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

10.1. Solicitar a execução do objeto à CONTRATADA através da emissão de ordem de serviços, ou outro instrumento hábil.

10.2. Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei nº 8.666/1993 e suas alterações.

10.3. Fiscalizar a execução do objeto contratual através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da CONTRATADA, que atenderá ou justificará de imediato.

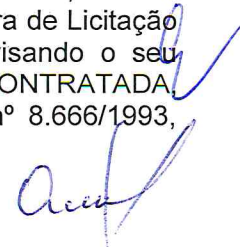
10.4. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.

10.5. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nas condições estabelecidas neste Termo.

10.6. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.

## **11. DA FISCALIZAÇÃO**

11.1. A CEGÁS exercerá a fiscalização e acompanhamento da execução objeto deste Termo, através da Gerente de Administração e Suprimentos, como Gerente do Contrato e a Coordenadora de Licitação e Contratos, como Fiscal do Contrato, especialmente designados para esse fim e visando o seu exclusivo interesse, sem prejuízo, redução ou exclusão da responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, de acordo com o estabelecido no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/1993, doravante denominados simplesmente de GESTORES.





## 12. PRAZO DE VIGÊNCIA

12.1. O prazo de vigência deste contrato é de 12(doze) meses, contado a partir da sua publicação, na forma do parágrafo único, do art. 61, da Lei Federal nº 8.666/1993, podendo ser prorrogado nos termos do que dispõe o art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993, por ser considerado pela CONTRATANTE, serviço de natureza contínua.



Fortaleza, 06/10/2016

Dot. 294

61

COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Ref.: S/ solicitação de dotação orçamentária

Procedemos o destaque provisório da dotação orçamentária para o seguinte dispêndio proposto:

Contrato do Seguro de Responsabilidade Civil
--

O dispêndio está contemplado no orçamento de 2017, conforme a seguinte dotação orçamentária:

<b>DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>
SEGUROS
DESPESAS COM APOLICES DE SEGUROS
4.2.1.2.03.000.000 - 1221
VALOR: (R\$) 292.326,03

Atenciosamente

Maria Nilce Quindere Cals  
Gerente de Planejamento